

Cem anos da Missão Militar Francesa no Brasil e sua contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira

*João Paulo Diniz Guerra**

Introdução

A Missão Militar Francesa (MMF) de instrução junto ao Exército Brasileiro fez parte do projeto de modernização da Força Terrestre, tanto no âmbito cultural quanto no da defesa. No início do século XX, o governo brasileiro resolveu modernizar e equipar as Forças Armadas do País por intermédio da MMF. Os oficiais franceses, a partir do acordo bilateral com o Brasil, instruíram a formação de alunos, criaram escolas militares e modificaram profundamente a doutrina militar terrestre brasileira.

O Exército Brasileiro, cujas raízes refletiam ainda a doutrina militar do exército português e as próprias experiências de conflitos internos e externos (sobretudo da Guerra da Tríplice Aliança), passaria à influência do exército francês no período de 1920 a 1940. Após isso, a MMF foi encerrada e o Exército Brasileiro passou a receber influências do exército norte-americano, o qual também refletia, em parte de suas origens de formação, o próprio exército francês.

Fruto das experiências da Guerra Franco-Prussiana (1879-1880), a Alemanha e a França

integravam a vanguarda militar no ocidente, razão pela qual os dois países disputavam a hegemonia por meio da projeção da sua influência em outras nações. Nesse cenário, a América do Sul também foi palco dessa influência. Os dois países, notórias potências industriais, almejavam exercer a influência nos exércitos latino-americanos, desde o comércio de material de emprego militar até a participação de militares como membros de uma missão estrangeira de instrução.

O envio de oficiais brasileiros à Alemanha, a partir de 1906, conciliava o interesse germânico em aumentar a projeção sobre o cenário político-militar brasileiro com o anseio de alguns diplomatas e militares em modernizar o exército nacional, reconhecido por eles como “atrasado e ineficaz”.

No cenário político, a definição das questões fronteiriças requeria a existência de um exército bem adestrado e equipado, apto a responder às necessidades do País. Cabe salientar que a Argentina, maior rival regional, no final do século XIX, contestou o domínio brasileiro sobre o território das Missões, tendo o presidente norte-americano Cleveland arbitrado, em 1895,

* Maj Inf (AMAN/2002, EsAO/2011). Mestre em Ciências Militares e aluno da ECEME.

favoravelmente ao Brasil. Na porção ocidental do território, entre 1900 e 1903, o país vivenciou a Questão Acreana com a Bolívia, que resultou numa expansão territorial brasileira resultante da compra de aproximadamente 152.000km².

Em relação ao campo militar, a questão tornava-se prioritária, tendo em vista a adesão de outros países sul-americanos aos projetos de modernização oferecidos, sobretudo por alemães e franceses, desde a segunda metade do século XIX. O Chile optou pela influência germânica durante o seu processo de modernização do exército. Foi nesse contexto, sob a ação direta do capitão Emílio Körner Henze, que o Chile criou a Academia de Guerra e o Colégio Militar, remodelou a estrutura organizacional militar, dotando-a de adequado suporte logístico para seu emprego, além de realizar a aquisição de material de emprego militar. Essas ações foram complementadas pelo envio de oficiais chilenos à Alemanha e pela contratação de uma equipe para prestar o assessoramento à Körner.

Houve um grande período de instabilidade e violência política decorrente da implantação e consolidação do Regime Republicano no Brasil, de 1890 a 1900. Na sequência, o exército da primeira metade da República Velha estava ocioso e pouco acreditado, especialmente pelo longo tempo sem emprego em campanhas externas (McCANN, 2009). Além disso, a dúvida sobre a sua capacidade combativa aumentou após a questionável atuação para neutralizar o quadro de instabilidade política e social no Arraial de Canudos (McCANN, 2009). Essa conjuntura levou à implantação de reformas militares pelo Ministério da Guerra na tentativa de reduzir a defasagem em relação a outros exércitos na América do Sul, alguns dos quais já estavam vivendo sob a influência de missões militares estrangeiras contratadas.

Durante a Primeira Guerra Mundial, as operações no teatro de guerra da Europa evidenciaram a resposta que muitos já sabiam, mas custavam a aceitar: o Exército Brasileiro estava mal equipado e sem condições adequadas para o emprego em um conflito próximo. Além disso, as influências do positivismo ortodoxo nas fileiras do exército estavam aproximando os alunos das escolas militares ao cientificismo e afastando-os das lides castrenses tradicionais e vivenciadas nas agruras da Guerra da Tríplice Aliança. Dessa maneira, foi decidido que o Exército Brasileiro receberia uma missão militar francesa. O contrato foi assinado no ano de 1919.

Desde 1920, sob a direção e supervisão de oficiais franceses, houve uma mudança na educação e administração militar do exército, repercutindo nos exercícios de campanha, organização e uso de equipamentos de guerra. A Missão Militar Francesa no Brasil trouxe grande contribuição para a evolução da doutrina militar terrestre brasileira. Decorridos mais de 100 anos, seus ensinamentos ainda são aplicáveis no atual processo de transformação do Exército Brasileiro.

Doutrina militar terrestre brasileira

Em 1842, deu-se nova organização ao exército, inclusive com reflexos no Regulamento da Escola Militar, tudo com o intuito de melhorar o valor dos quadros. No prosseguimento das mudanças, em 1846, instituiu-se o diploma de bacharel para os concludentes de todos os cursos na Escola Militar. Essa medida representaria a gênese da futura divergência entre bacharéis e tarimbeiros. Mesmo antes da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), os chefes militares envidavam esforços na busca da melhoria do exército e, em

particular, da capacitação do seu pessoal militar. De acordo com a obra *Marechal Castello Branco – Seu Pensamento Militar* (1968), durante o Império não havia propriamente uma preparação doutrinária, mas havia uma mentalidade para guerrear, robustecida pela coerência e atuação da nossa política externa (ACÁCIO, 1991).

Em 1872, criou-se a Comissão de Melhoramentos do Exército, composta, inicialmente, por três seções: armamento portátil, artilharia de campanha e fortificações. Dentre as suas conclusões, cabe ressaltar a constatação da premente necessidade da criação de um quadro de estado-maior, a exemplo do que havia sido constituído na Prússia (ACÁCIO, 1991).

No que se refere à dotação material, apesar dos esforços iniciais de D. Pedro I, o exército chegou à Campanha da Tríplice Aliança mal equipado, desorganizado e extremamente limitado para o cumprimento das missões que lhe seriam atribuídas. A situação vigente exigiu de Caxias uma reestruturação e o fortalecimento do moral da tropa antes do prosseguimento das ações, após o estacionamento em Tuiuti. A atuação decisiva e eficaz do exército durante a campanha anteriormente citada fez com que os militares voltassem a reivindicar maior prestígio e respeito junto ao governo central. Apesar disso, gradativamente, foram recebendo menor prioridade no atendimento às necessidades básicas e, conseqüentemente, os ensinamentos colhidos em memorável campanha militar foram se perdendo por não terem sido convertidos em ações ou melhoramentos (ACÁCIO, 1991).

Segundo Coutinho (2016), o Exército Brasileiro do final do século XIX e início século XX passou por um período de grande despreparo profissional e carência de uma instrução militar

que priorizasse as ciências bélicas em detrimento das ciências exatas. O pensamento positivista, dominante entre os líderes militares da época, era o que ditava o cunho educacional eminentemente voltado às ciências exatas.

Nesse mesmo sentido, o despreparo profissional se justificava por uma série de fatores, que passavam pela política governamental e estendiam-se aos baixos soldos, falta de material bélico moderno e ausência de capital humano e intelectual capaz de promover instruções de qualidade nas escolas militares. Ainda, segundo Coutinho (2016), apesar de algumas tentativas de reformas, como a de 1890, promovida por Benjamin Constant (1836-1891), e a de 1898, elaborada pelo marechal João Tomaz de Cantuária (1835-1908), o preparo profissional da força manteve-se aquém do que se esperava de um exército. Esse despreparo ficou evidente por ocasião da Revolução Federalista (1893-1895), da Revolta da Armada (1893-1894) e da Guerra de Canudos (1896-1897), nas quais o Exército Brasileiro foi incapaz de cumprir o seu papel constitucional.

O Exército Brasileiro vivenciou três importantes reformas entre a Proclamação da República e a vinda da MMF ao Brasil: a Reforma Mallet, a Reforma Hermes e a Reforma de 1915.

A Reforma Mallet buscou a reestruturação e a modernização dos serviços que prestavam o apoio à condução das operações, incluindo a saúde, a intendência e a engenharia. A artilharia de costa foi reequipada com canhões Krupp, estreitando os laços comerciais e militares com a Alemanha (AZEVEDO, 2012). O Ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo, deu continuidade às reformas, alinhando a perspectiva de emprego das novas peças de artilharia com o novo programa de defesa de costa e

elaborando novos manuais para as escolas militares do exército. O general Argolo ainda foi responsável pelo envio de oficiais para estagiar na Alemanha (AZEVEDO, 2012). A última turma enviada à Alemanha, no ano de 1910, teve o maior efetivo (22 militares) dentre as três participantes do intercâmbio militar realizado naquele país. A vivência dos capitães e tenentes nas fileiras do exército alemão repercutiria decisiva e positivamente para a profissionalização dos oficiais. Ao regressarem ao Brasil, contudo, passaram a ser chamados de “jovens turcos”, numa clara metáfora jocosa ao pensamento inovador desses oficiais influenciados pela doutrina militar prusiana (AZEVEDO, 2012).

Durante o governo de Afonso Pena (1906-1909), o exército vivenciou mais uma reforma com o intuito de modernizá-lo, notadamente pelo fato de que as medidas constituíam-se numa condição essencial para fazer frente à estruturação da força policial do Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que, desde 21 de março de 1906, estava em vigor o contrato entre o Estado de São Paulo e a República Francesa com o intuito de proporcionar a formação da Força Pública paulista (AZEVEDO, 2012).

A chamada “Reforma Hermes” proporcionou a renovação dos antigos arsenais e fábricas de pólvora e projéteis para o exército. A medida tinha por princípio assegurar a autossuficiência do País no que se referia a esse importante item da estrutura militar de defesa. Em decorrência dela, foram criados Tiros de Guerra (TG) em vários estados do Brasil com o intuito de fazer a preparação de uma reserva mobilizável. A medida, porém, foi vista por alguns como elemento de propaganda favorável à prestação do serviço militar por jovens de todo o país (ACÁCIO, 1991).

Em fevereiro de 1915, o marechal Caetano de Faria, Ministro da Guerra, assinou um decreto que – mais uma vez – reestruturava o exército, alterando sua organização e aumentando seu efetivo para 52.000 homens, numa tentativa de modernizá-lo (AZEVEDO, 2012).

Esse período de grande dificuldade do exército estendeu-se até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a ideia de convidar uma missão militar francesa passou a ser discutida pelo general Cardoso de Aguiar (1864-1935), então Ministro da Guerra (COUTINHO, 2016).

A Missão Militar Francesa

Entende-se uma *missão de instrução* como sendo uma organização em um país por solicitação de outro, para, nesse último e mediante um acordo ou contrato firmado entre os dois governos, prestar assistência e transmitir ensinamentos visando, por meio de organização adequada, doutrina conveniente e eficiente preparo, tudo devidamente adaptado às finalidades conjunturais e aos recursos disponíveis, tornando o mais objetivo possível o organismo bélico do país assistido (MALAN, 2018).

Nessas missões militares de instrução, é normal que os instrutores procurem transmitir os ensinamentos que por sua vez receberam e que foram aprovados no país de origem e, na melhor das hipóteses, feitas as correções para adaptá-los às condições locais. Nessas situações, era muito comum que o material de emprego militar do país de origem fosse vendido ao exército apoiado, assim como a adoção da doutrina que o orientava (MALAN, 2018).

Dessa maneira, a doutrina militar do país que recebe uma missão militar de instrução será diretamente influenciada e transformada, com maior

intensidade quanto mais longa for a missão. Não foi diferente no Exército Brasileiro, que recebeu a MMF por 20 anos (ACÁCIO, 1991).

O debate em torno de criar-se no Brasil uma missão militar de instrução, composta de estrangeiros, foi intenso nos anos de 1917 e 1918. A missão teria por finalidade promover a reorganização do Exército Brasileiro, dando-lhe um confiável grau de operacionalidade, compatível com os padrões e recursos gerados ao longo da Primeira Guerra Mundial (BASTOS FILHO, 1994).

O Império Alemão e seu exército ganharam grande notoriedade após a derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana de 1870, tornando-se um modelo de instrução militar a ser exportado para outros países (MALAN, 2018). Assim, a disputa para instalar uma missão militar no Brasil ficou entre França e Alemanha. Essa dicotomia se ampliou por ocasião do envio de tenentes e capitães para realizarem cursos no exército alemão. De volta ao Brasil, esse grupo, conhecido como *joventes turcos*, fundou a revista *A Defesa Nacional* e a utilizou como trincheira na busca de um exército mais moderno e eficiente (MALAN, 2018).

Segundo Coutinho (2016), desde o início foram estabelecidas duas frentes: uma voltada à contratação de uma missão de origem alemã – tendo como defensores os *joventes turcos*, o Barão do Rio Branco e Hermes da Fonseca – e outra favorável à contratação de uma missão de origem francesa – cujos expoentes eram Pandiá Calógeras e Epitácio Pessoa.

Os relatos e notícias da época levavam a crer que seria contratada a missão de origem alemã, considerando o armamento utilizado pelo Exército Brasileiro – o fuzil Mauser e o canhão Krupp –, além da influência dos *joventes turcos*, difundida pela

revista *A Defesa Nacional*, e da Missão indígena, que estava no auge na Escola Militar do Realengo.

Além da indecisão sobre uma missão militar francesa ou alemã, segundo o coronel Boiteaux (2019), por ocasião dos debates, formaram-se três pontos de vista com relação à vinda da missão militar francesa:

- não aceitação da vinda de instrutores estrangeiros, considerando que os instrutores brasileiros poderiam conduzir a modernização do exército, desde que houvesse recursos necessários para isso;
- aceitação do contrato desde que fosse uma “pequena missão”, com poucos instrutores com ações limitadas; e
- aceitação do contrato para uma “grande missão”, ampla e prolongada, capaz de conduzir a modernização do exército com as novidades mundiais, que ocorriam na Europa.

A opção vencedora teve grande influência dos laços culturais Brasil e França, além do fato de a Primeira Guerra Mundial ter sido decisiva para a escolha da Missão Militar Francesa, uma vez que o exército alemão foi derrotado pelos franceses e o Brasil declarou guerra à Alemanha.

A entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial foi fato marcante à época. O navio brasileiro *Paraná*, navegando na costa ocidental francesa, em abril de 1917, foi torpedeado próximo à cidade de Barfleury. A esse afundamento seguiram-se outros, de navios mercantes nacionais: *Tijuca*, *Lapa*, *Macau*, *Tupi*, *Acari* e *Guaíba*. Tais atos de agressão germânica contra o País provocaram o estado de beligerância entre o Brasil e a Alemanha, declarado pelo presidente da República em 26 de outubro de 1917, sancionando a resolução do Congresso Nacional. O Brasil atendia às suas tradições e aos desejos de todo o seu povo, por intermédio de seus representantes no parlamento.

Dessa forma, após apresentado o panorama da época, em maio de 1919, foi assinado o acordo bilateral com a França e que perdurou de 1920 a 1940 (McCANN, 2012).

O contrato da Missão Francesa e a definição de suas funções não foram examinados pelos historiadores militares. É assunto, todavia, que requer estudo e comentários, porquanto foi decisiva sua atuação na formação do moderno Exército. (Marechal Estevão Leitão de Carvalho, em *Memórias de um soldado legalista*, 1962, tomo II, p. 49)

Conforme registro histórico, o contrato foi oficialmente assinado em 28 de maio de 1919, por meio do Decreto nº 3.741. Nesse documento, a Missão Militar Francesa tinha como fundamento tornar a instrução militar brasileira mais moderna e alinhada com os vitoriosos conhecimentos da doutrina francesa. No entanto, segundo Coutinho (2016), as articulações com os militares franceses datavam de antes do contrato oficial, como se pode observar na fundação da Escola de Aviação, em 1919, que teve franceses como diretores técnicos, e a criação, pelo Decreto 13.451, de 29 de janeiro de 1919, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Inicialmente, a missão contava com 23 militares e teve a duração de 4 anos.

Ademais, a França teve uma campanha vitoriosa na Primeira Grande Guerra, além de ter comprovado sua eficiência em missões similares em outros países da América Latina, como em El Salvador, Guatemala, Peru, Colômbia e Bolívia, entre os anos 1881 e 1914. Destaca-se, também, que desde 1906 ocorria uma Missão Militar Francesa na Polícia Militar do Estado de São Paulo, com o objetivo de modernizar e instruir essa força policial.

Os 20 anos da MMF, período que durou a missão no Brasil, pode ser dividido em três fases de forma a tornar possível a caracterização da dualidade de objetivos dos dois países. Do lado brasileiro, o objetivo central era modernizar o Exército Brasileiro (EB), tornando-o conhecedor da doutrina militar mais recente e aplicada com destaque nos campos de batalha. Já os franceses esperavam mais. Buscavam divulgar cultura, doutrina e estabelecer parcerias comerciais. O primeiro período selecionado foi o de 1919 a 1924. Esse período foi marcado pela crise financeira de 1923 e pela chegada ao poder de Arthur Bernardes, que, de certa forma, era contrário à missão, pois via o Exército Brasileiro como uma força policial, e considerava desnecessária tamanha modernização doutrinária voltada para a guerra. No entanto, nesse ano, o exército já possuía em seu estado-maior militares formados pela MMF, o que possibilitou a sua continuidade (COUTINHO, 2016).



Figura 1 – chegada da MMF ao Brasil

Fonte: www.funceb.org.br. Acesso em: 5 jun 2019

Nesse primeiro período, a MMF atuou diretamente na estruturação das escolas militares do Exército Brasileiro, com destaque na completa revisão curricular dos cursos da Escola de Estado-Maior (EEM), na reestruturação da Escola de

Aviação, na criação de várias novas escolas, como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Educação Física do Exército e a Escola de Equitação do Exército. Esta última teve sua origem com a criação do Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação, de 1922, quando o Ministro da Guerra, general Setembrino de Carvalho, estabeleceu o Núcleo de Adestramento de Equitação, em 1923, nas dependências da Escola de Estado-Maior do Exército (atual quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército), assessorado pelo major Euclides de Oliveira Figueiredo, que cursara a Escola de Cavalaria de Hannover, na Alemanha, e sob coordenação do capitão francês Armand Gloriá, consagrado cavaleiro.

De acordo com Coutinho (2016), o segundo período ocorre de 1925 a 1929, com a intensificação das manobras realizadas a partir de exercícios práticos, a criação do Conselho Superior de Defesa Nacional – atual Conselho de Segurança Nacional –, consolidação da Escola de Aviação, com a criação de um estágio de aviação para os alunos da EEM, e o surgimento do regulamento de educação física.

Por último, o período que corresponde à década de 1930, marcado pela Revolução de 30, Revolução Constitucionalista de 32 e pelo início do Estado Novo. Durante as citadas revoluções, os ensinamentos franceses são colocados em prática, demonstrando o prestígio e a eficácia da influência francesa. Nessa fase, ocorre a gradativa substituição dos militares franceses pelos chefes militares brasileiros e a adequação do contrato à realidade da crise econômica brasileira, com renovações de menor duração, redução de efetivo e o cancelamento da cláusula de preferência na aquisição de material bélico.

No ano de 2015, foi realizada uma pesquisa com oficiais alunos da EsAO, que consistia em

responder a um questionário sobre a MMF. Um dos tópicos buscou apresentar os resultados e discutir sobre a influência da MMF no cotidiano do Exército Brasileiro, destacando a sua influência doutrinária, o uso dos chamados *fatores de decisão* e do *método para solução de questões*, de forma a avaliar se sua aplicabilidade, à época, ainda seria benéfica e eficaz. A pergunta nº 1 era:

O senhor considera que o estudo do método para resolução de problemas militares ainda é eficaz, considerando as circunstâncias de um combate moderno?

Como resultado, 86% dos alunos responderam “sim”, enquanto 14% responderam “não”. O autor da pesquisa chegou às seguintes conclusões: o método cartesiano continua sendo estudado e aplicado nas escolas do Exército Brasileiro, o que mostra a forte influência exercida pela Missão Militar Francesa, bem como sua presença marcante até os dias de hoje; os fatores de decisão e o uso do método não são apenas eficazes, mas condição *sine qua non* para o desenvolvimento da consciência situacional durante o estudo de situação; e os valores e métodos implementados pelos franceses ainda estão presentes e são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento militar (COUTINHO, 2016).

Segundo Rodrigues (2008), até 1930 o pensamento militar e a doutrina militar do Exército Brasileiro eram predominantemente influenciados pelos modelos francês e prussiano. A chegada da Missão Militar Americana deu início a um completo processo de mudanças em toda a estrutura do exército. A doutrina norte-americana “[...] foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário prussiano e o francês até sua consolidação com o final da Segunda Guerra Mundial”.

A partir de então, afirma Cruz (2016), a influência militar dos EUA sobre as Forças Armadas brasileiras, em particular sobre o exército, começou a aumentar gradativamente. Brasil e EUA passaram a construir um diálogo mais intenso, abrangendo questões referentes ao estabelecimento de uma defesa militar de caráter continental. Nesse momento, militares brasileiros foram enviados para os EUA, visando à obtenção de novos conhecimentos militares.

Ao longo dos 20 anos de existência, a MMF teve os seguintes chefes militares: general Maurice Gamelin (1919-1924); general Frédéric Coffec (1925-1926); general Joseph Spire (1927-1930); coronel Jules Baudouin (Interino) (1930); general Charles Huntziger (1931-1933); general Jules Baudouin (1933-1935); general Onésime Paul Noel (1935-1938); e general Georges Jean Chadebec de Lavalade.



Figura 2 – Gen Maurice Gamelin, 1º Chefe da MMF
Fonte: www.gravestone.com/people/gamelin-maurice-gustav/. Acesso em: 5 jun 2019

Influência da MMF nas principais escolas militares

O ensino talvez tenha sido a vertente do exército que recebeu a maior influência da Missão Militar Francesa. A estrutura de ensino militar que precedeu à chegada da MMF produzia os chamados “bacharéis” nas escolas de formação de oficiais do exército, que priorizava as ciências humanas e teóricas. Segundo McCANN (2009), caracterizava-se por ser “um tipo de educação que produzia escritores, burocratas e políticos, mas não comandantes de campanha competentes”.

A transformação do ensino no Exército Brasileiro aconteceu com a chegada dos franceses. A instrução passou a ser baseada na prática e na tática, na história militar, na estratégia, nos estudos de geografia e de aeronáutica. Surgiu uma mentalidade técnica voltada para a mentalidade



Figura 3 – Gen Georges Chadebec de Lavalade, último Chefe da MMF
Fonte: www.generals.dk/general/Chadebec_de_Lavalade/. Acesso em: 5 jun 2019

tática, baseada no estudo do caso concreto, nos chamados temas táticos e na aplicação constante do método. Dessa maneira, construiu-se um raciocínio básico para a solução de problemas militares, o que permitia resolvê-los através dos conhecidos, mas à época inovadores, fatores da decisão: missão, inimigo, terreno e meios.

Quanto ao estudo de história militar, voltada para a tática e estratégia de militares consagrados, a Missão Militar Francesa contribuiu para o surgimento de uma vasta bibliografia sobre o assunto, que foi traduzido do francês para o português, até então inexistente no exército (COUTINHO, 2016).

A influência da MMF na EsAO

Não por coincidência, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais foi fundada em 8 de abril de 1920, no ano do início da MMF no Brasil. A essa escola coube o importante papel de capacitar os capitães e majores para o comando de nível intermediário e, sobretudo, qualificar instrutores para a difusão dos novos e modernos ensinamentos doutrinários oriundos da França. Assim como a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), à época chamada Escola de Estado-Maior, a EsAO foi um importante vetor de disseminação dos conhecimentos doutrinários trazidos pela MMF. Tal fato contribuiu para a evolução da doutrina militar terrestre em todo o exército.

Segundo Coutinho (2016), a escola tinha como objetivo aperfeiçoar os concludentes da escola militar, tornando-os aptos para o comando de pequenas unidades e, especialmente, capacitando-os para a difusão, como instrutores, das mudanças doutrinárias e de ensino nas unidades militares de todo o Brasil. Como ocorre em toda

grande mudança, a escola, inicialmente, enfrentou a resistência de alguns oficiais, que, muitas vezes, apresentavam um baixo desempenho nas provas, não se dedicavam como era esperado e, assim, não se tornavam os desejados vetores de difusão do conhecimento.

A MMF transformou o Exército Brasileiro, levando os oficiais aperfeiçoados a participarem da solução de problemas militares de qualquer ordem, inclusive problemas considerados inéditos. A presença de sua influência ainda é reconhecida e marcante nos dias atuais da EsAO, visto que, a despeito das necessárias modificações doutrinárias, em função das constantes mudanças no teatro de operações mundial, a metodologia empregada, a busca pelo estudo da história e a aplicação da teoria junto à prática ainda são a essência do sistema educacional militar (COUTINHO, 2016).

A influência da MMF na ECEME

Apesar de o Exército Brasileiro ter criado seu estado-maior em 1896, a Escola de Estado-Maior somente viria a ser concretizada por intermédio do Decreto nº 5.698, de 2 de outubro de 1905. Dentre outros aspectos, o referido diploma estabelecia a finalidade, o posto limite para a seleção dos candidatos à matrícula e a duração do curso – inicialmente, 24 meses, divididos em três períodos. Cabe ressaltar que alguns países americanos já possuíam escolas congêneres em seus exércitos, a saber: Bolívia (1838), Estados Unidos da América (1881), Chile (1886), Argentina (1900) e Peru (1904).

Inicialmente, a escola foi conduzida sob uma forte tendência germânica, como pode ser constatada pelas conferências proferidas sobre um

temário militar, em 1915, por jovens turcos. Durante o biênio 1918-1919, porém, a EEM permaneceu inativa por decisão da alta administração do exército, que decidiu enviar seus integrantes para os estados-maiores de grandes unidades e unidades com o intuito de realizarem um acompanhamento cerrado da conjuntura internacional e a avaliação de uma possível ampliação da área de conflagração do conflito mundial (AZEVEDO, 2012).

Em 20 de fevereiro de 1920, o coronel Nestor Sezefredo dos Passos foi nomeado comandante da Escola de Estado-Maior e auxiliar direto dos generais Gamelin e Duradin, tendo contribuído decisivamente para a assimilação da nova doutrina, “quebrando eventuais resistências” à influência francesa. Foi sob o comando do coronel Raymundo Pinto Seidl (16 fev 1921 a 1º abr 1923), porém, que a MMF iniciou seus trabalhos na EEM, na sede do Andaraí (a quarta instalação ocupada pela escola desde a sua criação).

Com a chegada dos instrutores da MMF, a Escola de Estado-Maior passou a ministrar o curso de revisão, com duração aproximada de um ano, cuja principal finalidade estava no processo de adaptação dos oficiais já diplomados no estado-maior ao método francês. Esse período caracteriza a substituição da influência alemã vigente desde o início do funcionamento da EEM, em 1906, pela francesa – fato que iria perdurar até 1942, com a adoção da influência americana. Uma das principais características dessa fase foi a montagem de grandes exercícios baseada numa concepção estratégica defensiva – nos moldes da utilizada pela França durante a Pri-

meira Guerra Mundial – seguida de uma maciça contraofensiva (AZEVEDO, 2012).

Outra inovação da MMF foi a utilização de documentação escrita antecipadamente e distribuída para o estudo prévio dos temas táticos, em substituição ao tradicional modelo de conferências proposto pela corrente alemã. Além dessa inovação no processo de ensino da EEM, a MMF incrementou a sistemática de jogos de guerra trazida pelos jovens turcos e introduziu a realização dos exercícios no terreno, ampliando o sistema de manobras de quadros no exército e inovando mais uma vez na condução do ensino na referida escola (ACÁCIO, 1991).

O papel da MMF junto à escola, contudo, foi além do simples ensino de táticas e método. Ele objetivou a formação de uma massa crítica conhecedora da conjuntura nacional e internacional, capacitando da melhor forma possível o futuro chefe militar. Também permeou o campo dos valores morais e éticos, fortalecendo o espírito militar e o sentimento pátrio (AZEVEDO, 2012).

Por fim, cabe destacar a participação dos instrutores da MMF na condução do curso de alto-comando a partir de 1939. Esse curso passou a ser uma condição indispensável para ascensão do oficial de estado-maior ao generalato e pode ser considerado como origem do atual Curso de Política, Estratégia e Alta-Administração do Exército (CPEAEx), criado na ECEME em 1986.

Contribuição da MMF à evolução da doutrina militar terrestre (DMT)

Ao longo dos 20 anos de vigência do contrato, a MMF elaborou, sob a supervisão do Estado-Maior do Exército (EME), regulamentos e manuais que

sistematizaram, à luz dos ensinamentos adquiridos na Guerra Franco-Prussiana e na Primeira Guerra Mundial, normas e procedimentos para as ações do Exército Brasileiro, manuais técnicos e táticos.

A doutrina militar francesa, no período entre guerras, fundamentou-se na ação defensiva, haja vista o sucesso alcançado na Primeira Guerra Mundial. Dessa maneira, a estratégia defensiva embasou toda a doutrina de guerra e militar da França, naquele período e, em consequência da MMF, a doutrina militar brasileira adotou a mesma concepção. O próprio marechal Castello Branco dizia em 1968:

(...) a doutrina estabelecia a concepção de uma guerra estática, caracterizada por uma frente fixa, contínua, ao longo da fronteira, destinada a esperar o alemão invasor, sem mesmo cuidar de ir ao encontro do inimigo. Até a aviação seria empregada para interceptar e não para atacar.

Essa doutrina francesa ficou caracterizada na Europa com a construção da Linha Maginot. Com o início da Segunda Guerra Mundial, essa doutrina defensiva foi questionada e muitos estrategistas a culpavam pelas derrotas francesas sofridas com o avanço alemão. Aqui no Brasil, essa doutrina defensiva foi bastante valorizada nas escolas até meados da década de 1940, ou seja, mesmo após o fim da MMF no Brasil. A doutrina militar norte-americana, implantada no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, somada às experiências da FEB nos campos de batalha da Itália, contribuíram para a inserção de uma doutrina mais ofensiva, sendo as operações defensivas consideradas, na doutrina militar brasileira, como uma atitude temporária (BRASIL, 2014).

Outro traço característico da doutrina militar francesa transmitido para a doutrina militar do Brasil, com marcas até os dias atuais, é o moral como uma das principais forças que movem um exército no campo de batalha. Segundo Marmont (2012), integrante do exército da França, são necessárias três coisas para dar valor a tropa: “amor à ordem, hábito de obediência e a confiança em si mesmo e nos outros. Essas são, sob o aspecto moral, as bases fundamentais de qualquer exército”.

Foram inseridos na DMT novos conceitos doutrinários, novos regulamentos das armas, adquiridos novos equipamentos e aeronaves franceses, contribuindo para uma efetiva implantação da aviação no exército, com a criação da Escola de Aviação (1919). Foram introduzidos os blindados no Brasil e criada a Companhia de Carros de Assalto (1921). Além disso, o exército teve sua estrutura modernizada e foram criados novos conceitos doutrinários. O ensino militar foi ampliado e realizadas manobras militares.

Muitos novos manuais foram editados, transformando a DMT profundamente. Dentre alguns manuais impressos em 20 anos de MMF, podem ser citados o *Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa do Exército* (RISG), o *Regulamento de Continências, Sinais de Respeito, Honras e Cerimonial Militar para o Exército e a Armada* (R Cont) e o *Regulamento para os Exercícios, o Emprego e o Tiro da Artilharia*.

O *Regulamento para os Exercícios e o Combate da Infantaria* (RECI), por exemplo, criava uma doutrina para o regimento de infantaria (RI). Cada RI era composto por três batalhões e uma companhia de metralhadoras (Mtr) pesadas. Foram criados os grupos de combate (GC), utilizados na infantaria

brasileira até os dias atuais. Houve a disseminação das armas automáticas até o nível da pequena fração, fruto dos ensinamentos da Primeira Guerra Mundial. Houve a introdução do emprego das granadas de mão (PEDROSA, 2019).

Segundo o general Leitão de Carvalho, “o método francês abriu definitivamente à inteligência dos nossos oficiais uma concepção realista”. Isso foi constatado porque a MMF tinha introduzido o método cartesiano para a solução de problemas militares. Houve a substituição do raciocínio científico, consagrado no ensino militar até aquela época, pelo raciocínio tático, “que conduz às variantes do possível, raramente ao provável e nunca ao que o inimigo certamente fará” (Leitão de Carvalho).

Outra contribuição significativa da MMF para a evolução da DMT foi a introdução dos fatores da decisão: missão, terreno, inimigo e meios. Além da realização de exercícios na carta e no terreno, com trabalhos em estado-maior e idas ao campo. Até os dias atuais, a ECEME e a EsAO seguem esses procedimentos e primam pela necessidade do estudo em grupo.



Figura 4 – Exercício no terreno realizado pela EsAO e coordenado pela MMF no Brasil

Fonte: www.esao.eb.mil.br. Acesso em: 15 jul 2019

Conclusão

A Missão Militar Francesa (MMF) fez parte do projeto de modernização da Força Terrestre – tanto no âmbito cultural quanto no da defesa –, que completou 100 anos de sua criação em 2019. Durante a MMF, os franceses reformularam, liderados pelo general Gamelin, nossa doutrina militar. Na realidade, exportaram a doutrina francesa, com forte atuação nas escolas, implantando, inclusive, um método de raciocínio na solução de problemas militares. Embora a formulação da doutrina tenha sido mais relevante no princípio, permaneceu praticamente durante toda a Missão, até a gestão do general Lavalade e disseminou-se, notadamente, com a realização de conferências, na condução do ensino militar e nas orientações técnicas ao EME (ASSUNÇÃO, 2012).

Dessa forma, o exército, partindo de princípios doutrinários e comprovados processos de combate, formulou o seu corpo de doutrina, fruto de um trabalho atualizado pelo EME, sempre acompanhando as inovações do armamento, resguardadas as possibilidades do poder nacional. A MMF, em estreita relação com o EME, codificou, pois, nos regulamentos as instruções para estabelecer uma doutrina militar que subsistiu no exército e atingiu suas diferentes camadas (ASSUNÇÃO, 2012).

Em síntese, a MMF contribuiu de maneira significativa para a evolução da doutrina militar terrestre do Brasil. Desde então, o Exército Brasileiro prosseguiu evoluindo continuamente e, atualmente, tem desenvolvido o processo de transformação, cuja origem foi o diagnóstico de que o exército não dispõe de capacidades compatíveis com a rápida evolução da estatura político estratégica do Brasil, que caminha, rapidamente, para ocupar a condição de potência

mundial. Assim como no início do século XX, percebeu-se que a modernização da Força Terrestre era incipiente e que a atual conjuntura demandava um processo bem mais amplo de mudança: a transformação.

A MMF contribuiu para a inserção do Exército Brasileiro na Era Industrial ao criar as tropas blindadas, a aviação militar e o largo emprego de armamentos individual e coletivo.

Conclui-se que a MMF cooperou com a evolução da DMT, em particular na criação de manuais militares e nas instruções militares nas escolas, especialmente na EsAO e na ECEME. Com a MMF, foi possível criar uma “cultura institucional”, dando consistência à atividade de preparo e emprego, acentuando a profissionalização dos quadros, elevando os níveis de motivação.

O processo de modernização contribuiu para o aprimoramento de estruturas organizacionais com foco em capacidades, técnicas e equipamen-

tos a fim de melhorarem seus desempenhos dentro de conceitos já estabelecidos.

Sendo assim, a MMF, de 1920 a 1940, conduziu à modernização do Exército Brasileiro e, fruto deste trabalho, é possível identificar, ainda hoje, seu velado protagonismo no atual processo de transformação que ocorre na Força Terrestre.

Houve muito esforço pela modernização e profissionalização da instituição. Consolidou-se uma doutrina bem concebida e coerente conduzida pela Missão Militar Francesa. A grande obra da MMF foi a construção de um sistema de ensino completo e modelar, que permanece até os dias de hoje.

Por fim, a MMF impactou de forma irreversível a evolução da DMT do Brasil. A absorção da doutrina norte-americana na II GM só foi possível porque o Exército Brasileiro, após décadas de ostracismo e inoperância, passou a contar com uma oficialidade treinada em padrões elevados, transmitidos pela MMF. 

Referências

ACÁCIO, Horácio Augusto. **Influências estrangeiras marcantes na formação e doutrina do Exército Brasileiro, do descobrimento aos dias atuais**. 1991. 49 f. Monografia (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1991.

BASTOS FILHO, Jayme de Araujo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

BRASIL. EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. **EB20-MF-10.101**: O Exército Brasileiro. 1. ed. Brasília: [s.n.], 2014c.

BRASIL. EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. **EB20-MF-10.102**: Doutrina Militar Terrestre. 3. ed. Brasília: [s.n.], 2019.

BRASIL. EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR. **O Processo de Transformação do Exército**. 3. ed. Brasília: [s.n.], 2010.

BOITEUX, Nylson Reis. **100 anos da missão militar francesa no Brasil**. 2019. www.correiadoestado.com.br/opiniaio/nylson-reis-boiteaux-100-anos-da-missao-militar-francesa-no-Brasil/349783. Acesso em: 27 mar 2019.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um soldado legalista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962.

COUTINHO, MÁRIO HENRIQUE DE OLIVEIRA DA SILVA. **A influência da Missão Militar Francesa na EsAO**. Artigo Científico. EsAO, 2016.

MCCANN, Frank D. **Influência estrangeira no Exército Brasileiro**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, nº 717, 1985.

MATTOS, João Baptista de. **Os ensinamentos franceses no Exército Brasileiro**. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 2º sem. 1968, Vol XLIII, Estado da Guanabara, 1968.

PEDROSA, Fernando Velôso. **O desenvolvimento do pensamento militar brasileiro e da doutrina do Exército Brasileiro**. Disciplina Eletiva da CCEM 1º ano, Rio de Janeiro, 2019.

PIRES, Carlos Frederico de Azevedo. **A contribuição da Missão Militar Francesa para a evolução militar do Exército Brasileiro**. 2012. Monografia (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.